

FACULDADE DIREITO UNIVERSIDADE LISBOA

DIREITO ADMINISTRATIVO II PROGRAMA 2018 / 2019

Turma B - Regência:

Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

I - O Direito Administrativo como “Direito Constitucional Concretizado”

- 1- Administração Pública e Constituição
- 2- O princípio da legalidade
 - 2.1- Legalidade e juridicidade
 - 2.2- Interpretação e aplicação da lei: os problemas da “margem” de apreciação e da “margem” de decisão da Administração. Poderes discricionários e vinculados
- 3- Os princípios fundamentais da atuação administrativa.
 - 3.1-- Os princípios constitucionais da prossecução do interesse público, do respeito pelos direitos dos particulares, da justiça, da imparcialidade, da igualdade, da proporcionalidade, da boa-fé
 - 3.2- Outros princípios constitucionais constantes do CPA

II - “Viagem ao Centro” do Direito Administrativo – Procedimento e Relações Jurídicas Administrativas

- 1- Das concepções “atocêntricas” clássicas à busca de alternativas “centrais” (como o procedimento ou a relação jurídica) para o Direito Administrativo
- 2- O procedimento administrativo
 - 2.1- Concepções e natureza jurídica do procedimento administrativo
 - 2.2- A codificação do procedimento em Portugal
 - 2.3- Princípios e regras procedimentais. As fases do procedimento administrativo
- 3- A relação jurídica administrativa
 - 3.1- A diversidade das relações jurídicas administrativas. Relações jurídicas substantivas e procedimentais
 - 3.2- Relações jurídicas bilaterais e multilaterais
- 4- Da “Farda Única” ao Moderno “Pronto-a-Vestir” das Formas de Atuação Administrativa (Atos administrativos, Planos, Regulamentos, Atuação Informal, Técnica, Privada, Operações Materiais).

III - Em Busca do Ato Administrativo Perdido

- 1-Os “modelos” de ato autoritário da Administração Agressiva, o ato favorável da Administração Prestadora, e o ato multilateral ou dotado de “eficácia em relação a terceiros” da Administração Infra-estrutural
- 2- Transformação e novas funções desempenhadas pelo ato administrativo
- 2- Concepções amplas e restritivas de ato administrativo
- 2.1- Ato e processo administrativo. Crítica da concepção clássica dos atos definitivos e executórios e demais noções restritivas de ato administrativo
- 2.2- Ato administrativo e ato lesivo
- 3- Validade e eficácia do ato administrativo
- 3.1- Requisitos de validade do ato administrativo
- 3.2- Nulidade e anulabilidade do ato administrativo
- 3.3- Requisitos de eficácia do ato administrativo
- 4- Extinção e modificação do ato administrativo. Em especial, a revogação dos atos administrativos

IV – “Ver mais além” - Os regulamentos administrativos

- 1-As atuações gerais e abstractas e sua generalização nos domínios da Administração infra-estrutural. Planos e regulamentos
- 2- Regulamentos independentes e de execução

V – “O Jardim dos caminhos que se Bifurcam” - A contratação pública

- 1-A atividade contratual da Administração pública.
- 2- A pseudo-distinção entre contratos administrativos e contratos da Administração. A “contratualização” da atividade administrativa
- 3- Linhas gerais do Código da Contratação Pública

VI – “Nem tudo o que reluz é... ato” – Novas formas de actuação administrativa

- 1-A atuação não jurídica da Administração: informal, técnica, privada, material
- 2- A informatização da Administração e as formas de atuação administrativa
- 3- Relevância jurídica das omissões administrativas. Os denominados atos tácitos positivos e negativos e sua superação
- 4- A “fuga para o direito privado” e a “privatização” da atuação administrativa

VII - “Cá se Fazem, Cá se Pagam” – Da Responsabilidade Administrativa e das Garantias dos Particulares

- 1- A responsabilidade civil da Administração Pública
 - 1.1- Responsabilidade civil pública e responsabilidade civil administrativa
 - 1.2- A tradicional distinção entre responsabilidade administrativa por atos de gestão pública e de gestão privada e sua superação
- 2- Garantias dos particulares
 - 2.1- Garantias políticas
 - 2.2 - Garantias administrativas
 - 2.2.1- Reclamação e recurso hierárquico
 - 2.2.1- Garantias necessárias ou voluntárias?

BREVES INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- DIOGO FREITAS DO AMARAL**, «Curso de Direito Administrativo», volume II, 3ª edição, Almedina, Coimbra, 2013.
- COLAÇO ANTUNES**, «A Ciência Jurídica Administrativa», Almedina, Coimbra, 2012.
- JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE**, «Lições de Direito Administrativo», Universidade de Coimbra», Coimbra, 2010.
- MÁRIO AROSO DE ALMEIDA**, «Teoria Geral do Direito Administrativo – O Novo Regime do Código de Procedimento Administrativo», Almedina, Coimbra, 3ª edição, 2015.
- JOÃO CAUPERS / VERA EIRÓ**, «Introdução ao Direito Administrativo», 12ª edição, Âncora, Lisboa, 2016.
- MARIA JOÃO ESTORNINHO**, «A Fuga para o Direito Privado» (2º reimp.), Almedina, Coimbra, 2009.
- PAULO OTERO**, «Manual de Direito Administrativo», vol. I, Almedina, Coimbra, 2015.
- «Direito do Procedimento Administrativo», vol.I, Almedina, Coimbra, 2016.
- VASCO PEREIRA DA SILVA**, «Em Busca do Acto Administrativo Perdido», Almedina, Coimbra, 1996.
- VASCO PEREIRA DA SILVA / INGO WOLFGANG SARLET**, «Direito Público Sem Fronteiras» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>
- SABINO CASSESE / VEITH MEHDE / CAROL HARLOW / PASCALE GONOD / VASCO PEREIRA DA SILVA / STEFFANO BATTINI / GERDY JURGENS / DAVID DUARTE**, «Functions and Purposes of the Administrative Procedure: New Problems and New Solutions» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>
- MARCELO REBELO DE SOUSA / ANDRÉ SALGADO DE MATOS**, «Direito Administrativo Geral», D. Quixote, Lisboa - tomo I, «Introdução e Princípios Fundamentais», 3.ª edição, Dom Quixote, 2008, tomo III - «Actividade Administrativa», 2ª edição, 2009, tomo III – «Contratos Públicos», 2ª edição, 2009, tomo III – «Responsabilidade Civil Administrativa», 1ª edição, 2008.